

O TRABALHO DOMÉSTICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO 2016

- Parcela de empregadas domésticas no total de mulheres ocupadas volta a crescer, após três anos com redução.
- Aumenta a participação de diaristas e diminui a de mensalistas com carteira de trabalho assinada.
- Após 11 anos com expansão, diminui rendimento médio real por hora das mensalistas com carteira e das diaristas.
- Decresce a proporção de diaristas que contribuem para a previdência social.



Governador do Estado

Geraldo Alckmin

Vice-Governador do Estado

Márcio França

Secretário de Planejamento e Gestão

Marcos Monteiro

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretor Executivo

Dalmo Nogueira Filho

Diretor-adjunto Administrativo e Financeiro

Silvio Aleixo

**Diretora-adjunta de Análise e
Disseminação de Informações**

Rovena Negreiros

**Diretora-adjunta de Metodologia e
Produção de Dados**

Margareth Izumi Watanabe

Chefe de Gabinete

Sérgio Meirelles Carvalho

**Conselho de Curadores
Presidente**

Carlos Antonio Luque

Conselheiros

Antonio de Pádua Prado Junior

Carlos Antonio Gamero

Eduardo de Rezende Francisco

Eugenia Troncoso Leone

José Antonio Parimoschi

José Carlos de Souza Santos

Márcia Furquim de Almeida

Vladimir Kuhl Teles

Conselho Fiscal

Mirella Micioni

Mirtes Lika Tukada

Nelson Ferreira Simões

Diretoria Adjunta de Análise e

Disseminação de Informações – Daadi

Vagner de Carvalho Bessa

(gerente de Indicadores Econômicos)

Responsável técnico: Alexandre Jorge Loloian

Equipe técnica: Leila Luiza Gonzaga, Marcia Halben
Guerra e César Andaku (Dieese)

**Diretoria Adjunta de Metodologia e
Produção de Dados – Dampd**

Maria Paula Ferreira

(gerente de Metodologia e Estatística)

Equipe técnica: Susana Maria Frias Pereira,
Edna Yukiko Taira e Neuci Arizono

Coordenadoria de Comunicação – Coord

Regina Souza Cintra

Assessoria de Editoração e Arte

Programação visual: Cristiane de Rosa Meira,

Elisabeth Erharter, Tânia Pinaffi Rodrigues

Preparação de texto: Icléia Alves Cury,

Rita Bonizzi e Vania Regina Fontanesi

Revisão de texto: Maria Aparecida Andrade

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade

Av. Prof. Lineu Prestes, 913 – Cidade Universitária

05508-000 São Paulo SP

Fone (11) 3324.7400

www.seade.gov.br

sicseade@seade.gov.br / ouvidoria@seade.gov.br

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados



DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Introdução

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED permite a desagregação de informações para análise de segmentos populacionais específicos, como é o caso das trabalhadoras domésticas.

Na Região Metropolitana de São Paulo, o trabalho doméstico vinha passando por importantes mudanças no período de crescimento econômico: redução da sua participação no contingente de mulheres ocupadas; maior formalização da atividade; e elevações consecutivas dos seus rendimentos.

Essa trajetória, que vinha se desenhando até 2015, deveu-se a múltiplos fatores: conjuntura econômica favorável à criação de postos de trabalho, possibilitando outras alternativas de inserção ocupacional às mulheres de baixa escolaridade; políticas públicas mais amplas, principalmente as que contribuem para o aumento do nível de escolaridade da população em geral; novos arranjos familiares e alterações culturais pela prática de novos hábitos nas famílias; e aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013, que ampliou os direitos dos empregados domésticos, tais como limite de jornada e pagamento pelas horas excedentes, proteção do salário, segurança do trabalho, FGTS obrigatório, entre outros (parte desses direitos foi regulamentada por lei complementar em 2015).

A recente crise econômica, no entanto, mudou novamente o rumo dessa atividade, com a volta do crescimento da participação das mulheres no trabalho doméstico, principalmente nas formas de ocupação não formalizadas e com redução dos seus rendimentos.

As informações tratadas nesse estudo sobre as trabalhadoras domésticas, ocupação que vem sendo investigada desde 1985 pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, referem-se exclusivamente ao segmento feminino, como uma maneira de distinguir o trabalho doméstico em situações típicas, exercidas majoritariamente por mulheres, daquelas atividades com características bem distintas, tais como as de motorista e jardineiro, compostas

por uma diminuta parcela de homens (3,1%) (ver Tabela 1 do Anexo Estatístico).

Ocupação tipicamente feminina

As mulheres correspondiam a pouco menos da metade (46,1%) do total de ocupados na RMSP em 2016, mas representavam a quase totalidade dos serviços domésticos (96,9%), realizando, principalmente, atividades de serviços gerais, contratadas com ou sem carteira de trabalho assinada, ou trabalhando como diaristas. Ocupações como babá e cuidadora de idosos, que demandam alguma especialização e maior nível de escolaridade e de remuneração, ainda constituem uma pequena parcela do segmento.

A criação de ocupações nos serviços domésticos (3,4%) alterou a parcela de ocupadas nesse segmento, que cresceu de 13,1%, em 2015, para 14,1%, em 2016, após forte redução observada nos três anos anteriores (Gráfico 1).

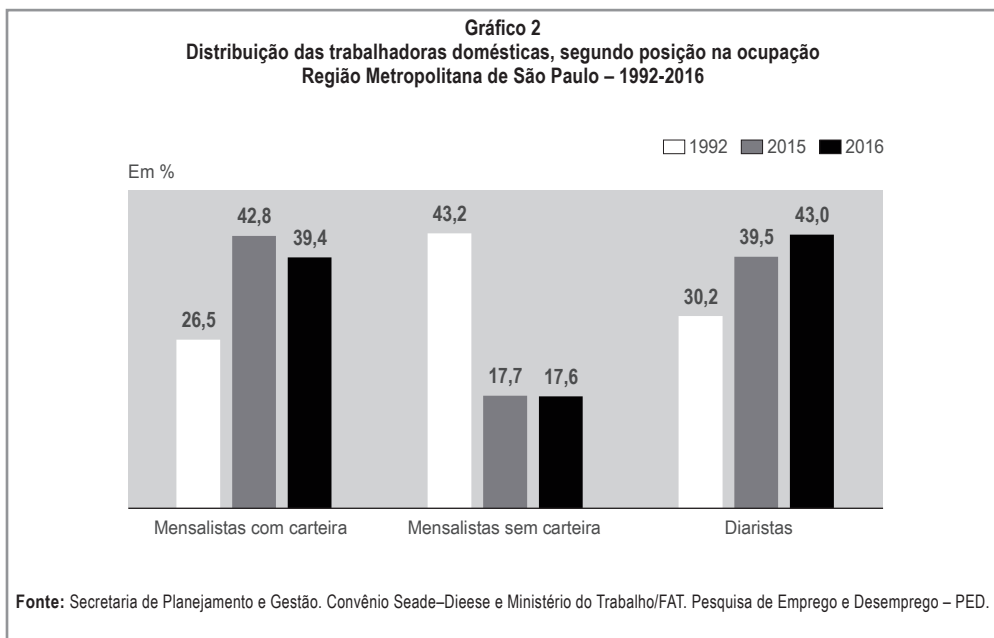
Gráfico 1
Índices do nível de ocupação das trabalhadoras domésticas
Região Metropolitana de São Paulo – 1992-2016



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Interrompe-se tendência de formalização

Ao longo da série da pesquisa já se identificava uma tendência de formalização das ocupações em geral, movimento que ganhou força em meados dos anos 2000, período de crescimento econômico e maior fiscalização. O trabalho doméstico vinha acompanhando esse crescimento do nível de formalização, sendo interrompido no último ano: se em 2015 as mensalistas com carteira assinada representavam a maior proporção dessas trabalhadoras, em 2016 tal situação passou a ser das diaristas. De qualquer modo, manteve-se relativamente estável a parcela de mensalistas sem carteira assinada, tipo de vínculo que já foi o mais representativo, como em 1992 (Gráfico 2).

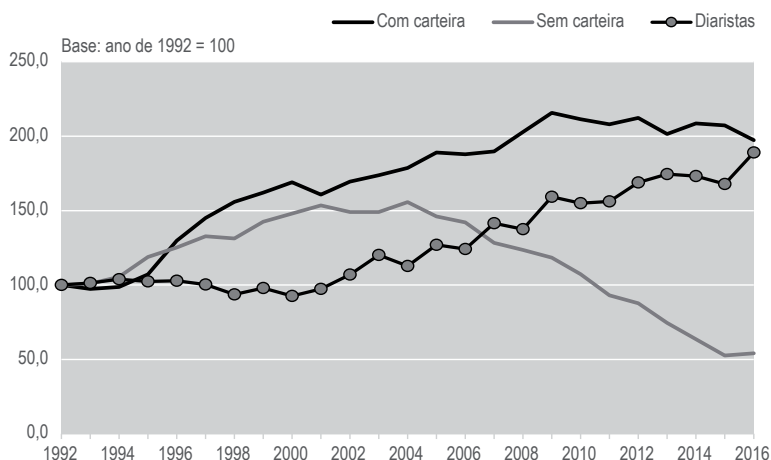


O número de trabalhadoras domésticas, expresso pelo índice do nível de ocupação, cresceu 3,4%, basicamente pelo aumento entre as diaristas (12,6%), já que houve redução para as mensalistas com carteira assinada e relativa estabilidade entre as sem carteira (Gráfico 3).

As dificuldades enfrentadas na economia, em particular no último ano, intensificaram a eliminação de postos assalariados. Nesse contexto,

no sentido de conter ou reduzir seus gastos, é de se esperar que as famílias busquem optar por uma relação sem vínculo empregatício com a profissional responsável pelos cuidados da casa e/ou família e que seus serviços sejam prestados com menor frequência. Do ponto de vista da trabalhadora doméstica, a falta de oferta de postos em empresas faz com que ela retorne ou permaneça nos serviços domésticos.

Gráfico 3
Índices do nível de ocupação das trabalhadoras domésticas, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 1992-2016



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Domésticas são predominantemente mais velhas e com baixa escolaridade

O envelhecimento da categoria pode ser verificado pelo forte crescimento da parcela de mulheres com 40 anos e mais (de 29,7% para 72,2%, entre 1992 e 2016) e, conseqüentemente, redução daquela com 25 a 39 anos (de 40,0% para 25,8%, no mesmo período) (Tabela 1), em um ritmo não verificado em outros segmentos de atividade.

Esse movimento está relacionado, em grande parte, à falta de renovação da mão de obra que se dedica a essa atividade. O trabalho doméstico deixou de ser a principal forma de entrada no mercado de trabalho para as jovens de baixa renda. O aumento do nível de escolaridade das jovens ampliou suas opções de escolha por uma ocupação, permitindo-lhes dar

preferência àquelas com maiores chances de progresso e *status* profissionais, que oferecem mais ou melhores benefícios e maior remuneração.

O nível de escolaridade das empregadas domésticas concentra-se no ensino fundamental incompleto (43,4%, conforme Tabela 1), enquanto para o do total de mulheres ocupadas a maior parcela possui ensino médio completo (47,0%). Dessa forma, o contingente nos serviços domésticos tem se caracterizado por mulheres de baixa escolaridade e, crescentemente, por aquelas em faixas etárias mais elevadas e com maiores responsabilidades na condução de suas próprias famílias: são cônjuges (cerca de metade delas) ou chefes no domicílio em que residem (proporção que aumentou consideravelmente, passando de 15,1% para 39,6%, entre 1992 e 2016, conforme Tabela 4 do Anexo Estatístico).

O avanço da idade das mulheres que trabalham como domésticas, acompanhado da diminuição do número médio de filhos (de 2,1, em 1992, para 1,5, em 2016),¹ traz como efeito a redução da proporção daquelas que têm filhos menores. Considerando a idade do filho mais novo, houve uma inversão: até o início dos anos 1990, metade das empregadas domésticas tinha pelo menos um filho com até nove anos de idade, parcela que diminuiu para 22,1% em 2016. Já a proporção daquelas com filhos acima de nove anos passou de 30,7% para 52,6%, no mesmo período (Tabela 5 do Anexo Estatístico). Essas são informações relevantes, tendo em vista que a participação feminina no mercado de trabalho está estreitamente ligada à idade dos filhos, pois crianças menores são mais dependentes e demandam maiores cuidados – os quais ainda são quase que exclusivamente atribuídos às mulheres –, tornando mais difícil a inserção ou a continuidade dessas mulheres no mercado de trabalho.

Já em relação à raça/cor, as negras mantêm-se como maioria no emprego doméstico: 52,9%, proporção elevada considerando-se que a participação de negras no total de mulheres ocupadas é de 38,4% na RMSP. Elas, no entanto, apresentam porcentual maior de mensalistas com carteira assinada (55,2%) do que sem carteira (48,7%), situação não verificada entre as não negras.

1. Todas as informações sobre filhos das trabalhadoras domésticas referem-se àqueles que moram no mesmo domicílio que elas.

Tabela 1

**Distribuição das trabalhadoras domésticas, por posição na ocupação,
segundo atributos pessoais**
Região Metropolitana de São Paulo – 2016

Em porcentagem

Atributos pessoais	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
Faixa etária	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15 anos	(1)	(1)	(1)	(1)
16 a 24 anos	(1)	(1)	(1)	(1)
25 a 39 anos	25,8	30,2	(1)	24,0
40 a 49 anos	33,9	38,0	27,4	32,8
50 a 59 anos	27,9	23,7	28,3	31,5
60 anos e mais	10,4	(1)	(1)	10,7
Raça/cor	100,0	100,0	100,0	100,0
Negras	52,9	55,2	48,7	52,5
Não negras	47,1	44,8	51,3	47,5
Posição no domicílio	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	39,6	35,2	41,7	42,7
Cônjuge	50,9	53,8	44,5	50,8
Filhas	(1)	(1)	(1)	(1)
Demais	5,7	(1)	(1)	(1)
Nível de instrução	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabetas	4,1	(1)	(1)	(1)
Fundamental incompleto	43,4	42,4	41,6	45,0
Fundamental completo e médio incompleto	23,7	24,2	(1)	24,8
Médio completo e superior incompleto	28,2	29,8	31,0	25,6
Superior completo	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Deslocamento: da periferia para as regiões centrais

Em 2016, 61,1% das empregadas domésticas da RMSP residiam no município de São Paulo e 38,9% nos demais municípios da região, proporções que correspondiam a, respectivamente, 66,8% e 33,2%, em 1992 (Tabela 2). Segundo o tipo de inserção no emprego doméstico, entre as moradoras da capital predominavam as mensalistas com carteira de trabalho assinada e, entre aquelas residentes nas demais cidades da RMSP, as diaristas (Tabela 9 do Anexo Estatístico).

Praticamente não há mais empregadas domésticas que dormem na residência em que trabalham: em 1992 mais de um quinto (22,8%) das domésticas estavam nessa situação, porcentual que vem diminuindo desde então, chegando a cerca de 1%, em 2016 (Tabela 6 do Anexo Estatístico). Tendo em vista que parcela importante das domésticas reside em regiões mais periféricas da capital (principalmente zonas

Tabela 2				
Distribuição das trabalhadoras domésticas, por posição na ocupação,				
segundo região de moradia				
Região Metropolitana de São Paulo – 1992-2016				
				Em porcentagem
Região de moradia	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
1992				
RMSP	100,0	100,0	100,0	100,0
Município de São Paulo	66,8	75,9	61,9	65,8
Demais Municípios	33,2	24,1	38,1	34,2
2015				
RMSP	100,0	100,0	100,0	100,0
Município de São Paulo	60,1	60,7	57,7	60,5
Demais Municípios	39,9	39,3	42,3	39,5
2016				
RMSP	100,0	100,0	100,0	100,0
Município de São Paulo	61,1	65,0	57,7	58,9
Demais Municípios	38,9	35,0	42,3	41,1
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.				

Sul 2 e Leste 2)² e nos demais municípios da RMSP (principalmente sub-regiões Leste e Sudeste),³ o deslocamento é um tema importante na análise da ocupação e parece afetar grande parte dessas empregadas, considerando-se que o posto de trabalho está, principalmente, no município de São Paulo e em regiões mais centrais.

Entre 2015 e 2016, aumentou a proporção de empregadas domésticas da RMSP que residiam e trabalhavam na mesma cidade (de 78,8% para 79,4%), comportamento observado exclusivamente na capital (Tabela 3). Na comparação com 1992, no entanto, era ainda maior a parcela daquelas que residiam e trabalhavam no mesmo município.

De qualquer forma, apesar do movimento positivo observado recentemente, a maioria das domésticas continua residindo em regiões mais periféricas – da capital ou da RMSP – e seus empregos permanecem em regiões mais centrais, o que implica em maior esforço de deslocamento, já que muitas dessas trabalhadoras percorrem longos trajetos diariamente e isso, certamente, repercute em sua jornada de trabalho e qualidade de vida.

Jornada de trabalho fica igual e rendimento médio por hora diminui

Entre as mudanças previstas na Emenda Constitucional nº 72/2013, inclui-se limite de jornada de trabalho em até 44 horas por semana. Isso, no entanto, parece ter causado pouco impacto nas condições de trabalho das empregadas domésticas com carteira de trabalho assinada na RMSP, pois ao longo da série da pesquisa, a jornada já vinha se reduzindo e mantém-se dentro do limite de 44 horas desde 2007.

2. A Zona Sul 2 corresponde ao agrupamento dos seguintes distritos do município de São Paulo: Cidade Ademar, Pedreira, Campo Limpo, Capão Redondo, Vila Andrade, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Socorro, Cidade Dutra, Grajaú, Parelheiros e Marsilac. A Zona Leste 2 engloba os distritos Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Itaquera, Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo, São Mateus, Iguatemi, São Rafael, São Miguel, Jardim Helena, Vila Jacuí, Itaim Paulista, Vila Curuçá, Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes.

3. Nos demais municípios da RMSP, a região Leste corresponde aos municípios de Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano; e a região Sudeste abrange os municípios que compõem o ABC paulista: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Tabela 3

**Distribuição das trabalhadoras domésticas, por posição na ocupação,
segundo região de moradia e de trabalho
Região Metropolitana de São Paulo – 1992-2016**

Em porcentagem

Região de moradia e de trabalho	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
1992				
RMSP	100,0	100,0	100,0	100,0
Reside e trabalha no mesmo município	85,5	87,5	87,6	80,7
No Município de São Paulo	66,1	75,3	61,4	64,9
Fora do Município de São Paulo	19,4	12,1	26,3	15,8
Reside e trabalha em municípios distintos	14,5	12,5	12,4	19,3
Reside no Município de São Paulo	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside fora do Município de São Paulo	13,9	11,9	11,8	18,4
2015				
RMSP	100,0	100,0	100,0	100,0
Reside e trabalha no mesmo município	78,8	74,5	82,9	81,8
No Município de São Paulo	59,4	60,0	56,1	60,1
Fora do Município de São Paulo	19,5	14,4	26,8	21,7
Reside e trabalha em municípios distintos	21,2	25,5	(1)	18,2
Reside no Município de São Paulo	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside fora do Município de São Paulo	20,4	24,9	(1)	17,8
2016				
RMSP	100,0	100,0	100,0	100,0
Reside e trabalha no mesmo município	79,4	74,4	83,4	82,3
No Município de São Paulo	60,5	63,9	57,0	58,8
Fora do Município de São Paulo	18,9	10,5	26,4	23,5
Reside e trabalha em municípios distintos	20,6	25,6	(1)	17,7
Reside no Município de São Paulo	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside fora do Município de São Paulo	20,0	24,5	(1)	17,6

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em 1992, por exemplo, a jornada média das mensalistas com carteira assinada era de 49 horas por semana (conforme Tabela 14 do Anexo Estatístico) e passou, entre 2015 e 2016, de 40 para 41 horas (Tabela 4).

Também aumentou, entre as empregadas domésticas com carteira assinada, a parcela daquelas que trabalharam mais de 44 horas na semana (de 18,3% em 2015 para 19,2% em 2016). Vale ressaltar que em 1992, 56,3% trabalhavam acima de 44 horas (Tabela 15 do Anexo Estatístico).

A jornada média de trabalho daquelas sem carteira assinada, que em 1992 correspondia a 43 horas por semana, passou de 37 para 35 horas semanais, entre 2015 e 2016. A das diaristas pouco se alterou, já que equivalia a 25 horas por semana em 1992 e manteve-se em 24 horas entre 2015 e 2016.

As diaristas têm uma jornada diferenciada, geralmente mais extensa por dia de trabalho, mas com menos dias trabalhados na semana. A maior parcela delas trabalha até 20 horas semanais, proporção que se elevou entre 2015 e 2016 (de 43,5% para 44,2%), em contraposição àquelas que trabalham de 31 a 44 horas, que passaram de 27,2% para 26,0%, no mesmo período.

O rendimento médio real por hora do total de empregadas domésticas vinha registrando expansões consecutivas de 2005 a 2015, fato que pode ser creditado, principalmente, à valorização do salário mínimo no período. Já entre 2015 e 2016 houve redução de 8,3% para as mensalistas com carteira assinada, que passaram a receber, em média, R\$ 7,43 por hora e de 4,0% entre as diaristas, cuja remuneração média passou a ser de R\$ 10,26 por hora (Tabela 4).⁴

Maioria das mensalistas sem carteira e das diaristas não contribui para a previdência social

Além das condições de trabalho peculiares das empregadas domésticas e de seus baixos rendimentos – apesar das elevações no período recente –, parcela considerável delas não possui qualquer forma de proteção trabalhista e previdenciária. Chama atenção o fato de 86,2% das mensalistas sem carteira assinada não contribuírem para a previdência social (Tabela 5).

Situação semelhante é verificada entre as diaristas, no que se refere à sua baixa capacidade contributiva: 76,7% delas não contribuíam para a previdência, em 2016.

4. O rendimento médio real por hora do total de mulheres ocupadas na RMSP apresentou redução de 4,8%, entre 2015 e 2016, passando a equivaler a R\$ 10,42, sendo que o rendimento médio mensal correspondia a R\$ 1.695, no último ano. Ver estudo especial Mulher & Trabalho, em <http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/03/Mulher_Trabalho_n28_marco2017-3.pdf>.

Tabela 4

Jornada média semanal trabalhada (1) e rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas (2), segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 2015-2016

Indicadores	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
2015				
Jornada média semanal (em horas)	33	40	37	24
Rendimento médio real (3) por hora (em reais)	8,56	8,10	(4)	10,69
2016				
Jornada média semanal (em horas)	33	41	35	24
Rendimento médio real (3) por hora (em reais)	8,04	7,43	(4)	10,26

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana.

(2) Excluem as empregadas domésticas que não trabalharam na semana; as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês; e as empregadas domésticas que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Inflator utilizado: ICV-Dieese. Em reais de novembro de 2016.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A situação das diaristas, no que diz respeito à relação de trabalho, assemelha-se à dos trabalhadores autônomos. Parte deles tem sido contemplada com legislação específica, como a do microempreendedor individual, cujo objetivo é facilitar a contribuição e o acesso a alguns direitos previdenciários, como aposentadoria por idade, auxílio doença e auxílio maternidade. Em 2015, as diaristas passaram a fazer parte do grupo de ocupações autorizadas a se cadastrar como microempreendedor individual, condição para se obterem aqueles benefícios. No entanto, entre 2015 e 2016, diminuiu a proporção daquelas que contribuíam para a previdência social, o que pode ser explicado pela redução de seus rendimentos médios. Como este é o contingente com características de maior responsabilidade na família e grande vulnerabilidade (maiores parcelas na chefia do domicílio e com filhos menores, idade mais avançada e menor nível de escolaridade), talvez essas trabalhadoras optem por não comprometer com taxas e/ou tributos – por mais baixos que estes sejam – seus rendimentos.

Tabela 5

Distribuição das trabalhadoras domésticas, por posição na ocupação, segundo contribuição para a previdência social
Região Metropolitana de São Paulo – 2015-2016

Em porcentagem

Contribuição para a previdência social	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
2015	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	55,0	100,0	(1)	25,0
Não contribui	44,9	-	86,7	74,9
2016	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	51,6	100,0	(1)	23,1
Não contribui	48,2	-	86,2	76,7

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Como visto, o trabalho doméstico, embora tenha se retraído nos últimos anos, ainda é uma importante alternativa de inserção ocupacional e fonte de rendimentos para as mulheres adultas e com baixa escolaridade.

A ampliação da proteção trabalhista e previdenciária para essa categoria significa um avanço importante, mas a alta parcela de mensalistas sem carteira assinada e de diaristas que não participam do programa de previdência contribui para a desvalorização desse tipo de trabalho, exercido em condições diferenciadas da maioria das ocupações.

De qualquer forma, desenha-se na RMSP tendência já verificada em outros países, onde os serviços domésticos restringem-se a uma pequena parcela das famílias que podem arcar com esses custos. Colabora para isso o fato de que são cada vez mais disseminadas outras formas de prestação desses serviços – como agências de limpeza para residências e empresas especializadas no cuidado de enfermos e idosos –, que concorrem com os formatos tradicionais na prestação de tais serviços.

BOLETINS SOBRE EMPREGO DOMÉSTICO NA RMSP

Estudo Especial – Abril 2007

○ Emprego Doméstico

Mulher & Trabalho – Boletim nº 20 – Abril 2009

○ Trabalho Doméstico na Região
Metropolitana de São Paulo

Estudo Especial – Março 2010

○ Emprego Doméstico no Período de 2000
a 2009

Estudo Especial – Maio 2013

Trabalho Doméstico – 1992-2012

Estudo Especial – Abril 2014

Emprego Doméstico na Região
Metropolitana de São Paulo 2013

Estudo Especial – Abril 2015

○ Emprego Doméstico na Região
Metropolitana de São Paulo 2014

Estudo Especial – Abril 2016

○ Emprego Doméstico na Região
Metropolitana de São Paulo 2015

Acesse: www.seade.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Planejamento e Gestão

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Av. Prof. Lineu Prestes, 913 Cidade Universitária
05508-000 São Paulo SP Fone (11) 3324.7200
www.seade.gov.br / sicseade@seade.gov.br / ouvidoria@seade.gov.br

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Aurora, 957 3º andar República
01209-001 São Paulo SP Fone (11) 3821.2140
www.dieese.org.br / en@dieese.org.br

Apoio: Ministério do Trabalho. Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Sert.